



## Senador Arthur Virgílio Neto



SENADO FEDERAL

# AMAZÔNIA

PATRIMÔNIO A SERVIÇO DA  
HUMANIDADE, MAS  
TERRA BRASIL!

Brasília – 2003



**Senado Federal**

*Amazônia Terra-Brasil  
Região Estratégica:  
um olhar no futuro do País*

**ARTHUR VIRGÍLIO NETO**  
**Senador**

BRASÍLIA – 2003





SENADO FEDERAL

ARTHUR VIRGÍLIO NETO  
SENADOR

*Amazônia Terra-Brasil  
Região Estratégica:  
um olhar no futuro do País*

## **EM DEFESA DA ZONA FRANCA DE MANAUS (III)**

*Discursos e artigos – Senador Arthur  
Virgílio Neto.*

## SUMÁRIO

---

---

	<b>Pág.</b>
Apresentação .....	9
Uma imbatível frente de desenvolvimento.....	11
Omissão prejudicial à Amazônia.....	13
Indefinição prejudicial à Amazônia.....	15
Um alerta em defesa da Amazônia.....	17
Basa, forte apoio ao desenvolvimento da Amazônia.....	19
Menos <i>marketing</i> , mais ação.....	23
O Pólo Industrial de Manaus.....	27
Pela defesa da Amazônia.....	31
Uma subcomissão para olhar pela Amazônia.....	33
A Amazônia e a política para uso da água.....	51
Pólo Industrial de Manaus, tecnologia e desenvolvimento para a Amazônia.....	37
Aqui e mundo afora, o grito de um Brasil adentro.....	41
Amazontech 2003 – A busca de novos horizontes tecnológicos para a Amazônia.....	43
As frutas da Amazônia são nossas.....	45
Manaus corre o risco de um apagão.....	47
Reforma Tributária – ZFM é uma área aduaneira especial.....	51
Pelo Amazonas, sempre! .....	57

Em defesa da Zona Franca.....	59
Manaus, minha dívida eterna .....	61
Projeto que designa o cupuaçu fruta nacional.....	63

Sozinha, a Amazônia pode não ser o futuro do Brasil. Sem a Amazônia, no entanto, reduzem-se as perspectivas de um futuro mais radiante e desenvolvimentista para o País, como queremos e sonhamos, todos nós, os brasileiros.





## Apresentação

---

*Brasília, dezembro de 2003*

Amazonenses,

Tenho marcado meu mandato pela defesa sistemática da Amazônia, muito em particular do Amazonas, Estado que me elegeu o seu mais votado senador.

No mesmo passo, em nenhum instante deixei de lado os interesses nacionais. Defendo, diariamente, em plenário, pelas televisões e rádios, pela grande imprensa, em debates freqüentes com a sociedade brasileira, no espaço tucano da Internet, a política econômica do Brasil, porque tenho consciência de que o nosso País encontrará o rumo da estabilidade, do resgate da cidadania e do desenvolvimento sustentado.

Nesta publicação, começo com alguns pronunciamentos em defesa da Zona Franca de Manaus. Paulatinamente, irei prestando contas de cada passo de um mandato feito para dar orgulho a quem o definiu e a quem o acompanha.

Faço esta prestação de contas com o povo que me elegeu, com a certeza de que estou cumprindo o meu dever de parlamentar do nosso Estado e do nosso País.

Desejo, ao lado de minha família, que este Natal se marque pela esperança e pela construção de um Brasil justo e pujante, que abrigue um Amazonas construtivo e progressista. E que o Ano Novo permita realização de todos os anseios dos amazonenses e dos brasileiros, com desenvolvimento e muita paz.

Afetuosos abraços do

**Arthur Virgílio Neto**  
Senador – Líder do PSDB



## Uma imbatível frente de desenvolvimento

---

---

A Amazônia é uma poderosa e até imbatível frente de desenvolvimento. Provavelmente, também a última fronteira de desenvolvimento do Brasil. E, com certeza, fronteira permanente de progresso para a Nação. O próprio futuro do Brasil é a Amazônia, pela sua imensidão e, principalmente, em razão do aproveitamento, que queremos racional, das fantásticas riquezas da grande floresta.

Não obstante esta verdade, que define a Amazônia como patrimônio nacional, poucos são os brasileiros que a conhecem, no sentido mais amplo, tornando-se temerária uma avaliação da exata potencialidade da região.

Desde logo, afirmo e tenho fé, de que, conhecendo-a, haveremos de ver com nitidez que a Amazônia é a terra brasileira do amanhã.

Exaltada, cantada e amada sempre, jamais criticada ou esquecida, a Amazônia, Terra-Brasil por excelência, é, acima de tudo, uma região estratégica, que pede nossas atenções. Mais do que isso, é preciso que o País formule ações concretas e esforços decisivos para que a Amazônia possa cumprir sua verdadeira vocação e exercer sua força desenvolvimentista, em favor do Brasil e em benefício também de toda a Humanidade.

Como amazonense, mas especialmente como brasileiro e em nome de tudo que venho ouvindo de nossas populações, direciono minhas maiores atenções a essa privilegiada região, que reúne a maior floresta tropical do mundo e o exuberante caudal amazonense de águas, motivos de crescente fascínio e admiração do mundo inteiro.

Como premissa maior dessas deduções, propus no Senado Federal a criação da Subcomissão Permanente da Amazônia, ligada estrategicamente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Entendi que a Amazônia necessitava de um órgão no Senado da República, que é a Casa parlamentar representativa dos Estados. A idéia mereceu a acolhida unânime dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



## OMISSÃO PREJUDICIAL À AMAZÔNIA

---

*Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio Neto (PSDB – AM), na sessão do dia 10 de abril de 2003.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Ministro Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, está em débito para com a Amazônia, ao deixar de promover as reuniões bimestrais do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, a que está legalmente obrigado.

Devo notar que essa é uma grave omissão, com prejuízos incalculáveis para a Amazônia. Como se sabe, cabe ao Conselho da Suframa a apreciação e aprovação dos projetos que ali chegam e que se destinam à implantação de empreendimentos industriais na área.

Lembro que a realização de reuniões do Conselho de Administração da Suframa, é uma determinação do regimento interno do órgão (art. 9º, § 1º), devidamente aprovada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, (atual Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) por meio da Portaria nº 108/98.

A falha que aqui denuncio faz coro com os protestos do empresariado e, por que não dizer, também das populações do meu Estado e da Amazônia Ocidental, inconformadas com a omissão do Ministério, que termina levando à desistência de grupos interessados em investir capitais e tecnologia na Amazônia, por meio dos mecanismos de incentivos regionais previstos na legislação.

Lembro também que a postura do Presidente Lula tem insistido no sentido de se assegurar o desenvolvimento regional do País, portanto uma conduta exatamente oposta à de seu Ministério do Desenvolvimento.

O descumprimento da obrigação legal assusta-me, pois sem dúvida concorre para o esvaziamento da economia de uma área em que a renda

*per capita* situa-se num patamar 18,59% inferior à renda nacional e 60% menor que renda *per capita* da região Sudeste.

Não é à-toa que a Constituição Federal estabeleceu mecanismos direcionados ao desenvolvimento daquela área, extremamente estratégica para o País. Daí o meu inconformismo diante dessa postura do Ministério, que vai de encontro às declarações de intenção do atual governo. Creio que não é necessário repetir aqui o que diz a nossa Carta Magna, logo no Título I, ao determinar, no artigo 3º, inciso III, que “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e Regionais” constitui um dos Objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil.

Ainda tenho na lembrança os pontos da exposição feita recentemente por Sua Excelência, o Ministro Furlan, numa audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República. Entre outros pontos, o ilustre Ministro referiu-se demoradamente à região amazônica, respondendo a algumas questões que então coloquei.

Pareceu-me, na oportunidade, que Sua Excelência, embora sem assumir a defesa da prorrogação da Zona Franca de Manaus, externou algum apreço para com a Amazônia. Por isso mesmo estranhei muito ao tomar conhecimento desse pouco caso em relação às reuniões do Conselho de Administração da Suframa. Que essa postura sofra imediatamente uma reversão, em benefício não somente da região, mas de todo o Brasil.

Não venho à tribuna do Senado da República – nem uso o mandato popular – para encaminhar pedidos ou defender quaisquer postulações que não sirvam ao meu Estado ou ao País. Não! Como representante do Amazonas, pretendo neste momento sustentar tão-somente o cumprimento do que está expresso na Constituição do País.

O que não posso é ficar inanimado diante do que, inexplicavelmente, está ocorrendo, ou seja, o descaso federal diante de um legítimo direito da Amazônia.

A Amazônia, também faz parte – e parte nobre – do Brasil e é bom que ninguém se esqueça dessa realidade.

A Amazônia clama pelo direito de participar do desenvolvimento de um País que não se desenvolverá se não deitar um olhar estratégico sobre sua mais promissora e estratégica região.

Era o que tinha a dizer.

## INDEFINIÇÃO PREJUDICIAL À AMAZÔNIA

---

*Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio Neto (PSDB – AM), na sessão do dia 23 de abril de 2003.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, num país de grande extensão territorial e muita diversidade, as políticas de desenvolvimento econômico devem observar as peculiaridades regionais, adequando o sistema de benefícios a requisitos que possam resultar em rumo firme para a diminuição de nossas profundas desigualdades. Isso, aliás, está prescrito em preceito da Constituição da República.

Minha região é uma das que mais necessitam de cuidados desse gênero para garantir a competitividade da indústria amazônica, e não só da amazonense. É ponto primordial para que ela possa crescer e atingir índices que, mesmo inferiores, reduzam o grande intervalo de qualidade de vida que ainda separa a Amazônia do Centro-Sul do Brasil.

Faço essas considerações para lamentar as graves indefinições que ainda perduram em torno da concessão de incentivos de Imposto de Renda para as empresas integrantes do complexo industrial da Zona Franca de Manaus, bem como os demais empreendimentos de meu Estado, o Amazonas.

Sabe o Senado que as empresas industriais que se instalam ou pretendem instalar-se no Amazonas são atraídas pelos incentivos fiscais concedidos pelo Governo, entre os quais os alusivos ao imposto de renda. Tais incentivos constituem fator relevante na composição de seus custos e preços, garantindo a competitividade dos produtos fabricados num local distante dos maiores centros consumidores do País e do exterior.

Conceder essa isenção cabia à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a Sudam, extinta em maio de 2001, e substituída, na mesma oportunidade, pela nova Agência de Desenvolvimento da Amazônia, a ADA. Na mesma época, foi criada uma inventariança extrajudicial para a Sudam, destinada a concluir todos os processos pendentes e promover a efetiva liquidação da entidade legalmente extinta.

Dada essa reformulação, desde julho de 2001, nada foi levado adiante em relação às isenções do Imposto de Renda, nem pela nova agência, nem pela inventariança. O órgão coordenador de ambas as instituições, que é o Ministério da Integração Nacional, também não produziu qualquer nova ação no mesmo sentido, não tendo aprovado qualquer projeto de interesse de Manaus.

Submetida a uma reorientação equivalente no âmbito da região Nordeste, a Adene, sucessora da também extinta Sudene, já está apreciando normalmente os novos projetos industriais daquela região, em flagrante contraste com os procedimentos em relação à região Norte.

Essa indefinição e a inércia dela conseqüente vêm causando sérios prejuízos à Amazônia. Nada menos de 250 projetos de incentivo protocolados junto à ADA até agora não mereceram análise. E, assim, não será possível estabelecer as bases para o funcionamento das empresas interessadas.

Não têm sido praticados nem mesmo os mais simples procedimentos burocráticos de emissão de atos declaratórios e de laudos constitutivos, que atestem a existência e o funcionamento regular de empreendimentos que pleiteiam benefícios.

Ademais, como já comentei aqui, há o fato, igualmente negativo, que é a redução do percentual do incentivo fiscal, de 100% para 75%, com mais prejuízos para a competitividade das empresas amazonenses.

De nada valeria simplesmente desfiar aqui críticas a essa postura da ADA. Por isso, quero apresentar algumas sugestões, inclusive algumas que se situam fora da órbita do Poder Legislativo. São elas:

- revogar a Medida Provisória nº 2.199, de agosto do ano passado, retornando o patamar de incentivo para 100%, pelo prazo de dez anos, e permitindo o seu exercício desde o início de funcionamento, sem o diferimento de um ano, ora praticado;
- revogar a normatização infralegal, que condiciona tais incentivos ao reconhecimento pela Receita Federal, o que se configura como nítida superabundância de atribuições, uma vez que, aprovados os incentivos por lei, cabe à Receita Federal somente a fiscalização da regularidade dos beneficiados; e
- providenciar, com a maior urgência, a regularização das pendências de análises de processos pela ADA, estabelecendo um prazo máximo de 90 dias para a tramitação de processos de incentivos e, no caso específico do complexo da Zona Franca de Manaus, transferir à Suframa tal atribuição.

Era o que tinha a dizer.



## UM ALERTA EM DEFESA DA AMAZÔNIA

---

---

*Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio Neto (PSDB – AM), na sessão do dia 8 de maio de 2003.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, uma nova definição sobre a Amazônia acaba de nascer. Vem de Itaici, no interior de São Paulo da Assembléia Geral da CNBB. A frase é do arcebispo de Manaus, D. Luiz Soares Vieira e tem dez palavras, o mesmo número dos Mandamentos de Deus: “A Amazônia é um patrimônio do Brasil, a serviço da humanidade.”

Com a frase, também uma advertência: há problemas que ameaçam a região, como a biopirataria, que vem, ano a ano, depredando o que o Brasil tem de mais valioso, que são as imensas riquezas naturais da Amazônia. Que ameaçam a grande floresta que exerce sobre todos nós um fascínio indescritível. São, enfim, ameaças que ampliam nossas apreensões quanto ao futuro da área.

É ainda o arcebispo de Manaus quem nos alerta para outro grave e crescente risco para nossa Amazônia: a ação da guerrilha e do narcotráfico na fronteira da Colômbia.

Tais advertências sugerem ações imediatas, para impedir que, em breve, o Brasil não seja capaz de controlar a região.

Como amazonense, mas, principalmente, como brasileiro, dou razão a essa sensata advertência que vem de Itaici, repetindo aqui palavras do arcebispo de Manaus: “Os brasileiros devem se comprometer com o povo e a terra da Amazônia, que são parte de nossa Pátria.”

A Amazônia, como patrimônio relevante do Brasil, reclama ações urgentes em favor de seu desenvolvimento racional.

Faço votos para que o projeto que o Governo anuncia amanhã seja realmente um programa de efetiva eficácia para a região e para o Brasil.

Há pontos urgentes, como a complementação do Sistema de Vigilância da Amazônia, o SIVAM. Este é um projeto estratégico, para uma região estratégica, mas seu funcionamento está dependendo do descontingenciamento das verbas a ele consignadas no orçamento. Aliás, são recursos provenientes de financiamentos externos, pelo que bastaria o Governo autorizar sua aplicação.

Registro, pois, com muita alegria, as manifestações que, de Itaici, soam como um alerta a todos nós brasileiros. A Amazônia é o futuro do Brasil!

Era o que tinha a dizer.

## **BASA, forte apoio ao desenvolvimento da Amazônia**

---

---

*Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio Neto (PSDB – AM), na sessão do dia 14 de maio de 2003.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, recebi, recentemente, o relatório de gestão do Banco da Amazônia referente ao período de 1995 a 2002. Entre tantos relatórios, livros, e demais publicações que nos chegam às mãos, este, em particular, despertou-me grande interesse. Como representante da Amazônia, não posso deixar de reconhecer a importância do Banco da Amazônia, o BASA, como agente financeiro do Governo Federal na região e co-responsável pelo desenvolvimento da região.

É gratificante constatar, Senhor Presidente, como o Banco da Amazônia foi enfrentando com competência e sabedoria os inúmeros desafios que se apresentaram nesse período.

O relatório traz uma retrospectiva dos últimos sete anos e meio do Banco. Abrange o período de 1995 a 2002. Não é de se estranhar, portanto, que tenha enfrentado, nesse tempo, tormentas e tempestades capazes de sacudir as mais sólidas instituições!

Além de ter agregado esforços para um ajuste interno, dada a nova ordem econômica vigente no País, decorrente da implantação do Plano Real, a administração do Basa teve de lidar com situações extremadas, como reflexo de crises dos países asiáticos, da economia russa e, mais recentemente, dos efeitos causados pelos conflitos internacionais, como o atentado de 11 de setembro, em Nova Iorque, e a crise econômica da Argentina.

O Basa passou, sim, por grandes dificuldades! Mas soube lidar com elas, nesses últimos anos, e foi hábil e competente o bastante para singrar

águas mais calmas e tranqüilas. É importante destacar – até para o conhecimento de muitos brasileiros – que o Patrimônio Líquido do Banco, nos últimos oito anos, passou de pouco mais de 35 milhões de reais para 1 bilhão e 200 milhões de reais! Seus Ativos Totais se elevaram de 1 bilhão e 900 milhões de reais para 7 bilhões e 900 milhões de reais! A Carteira de Fomento passou de 1 bilhão para quase 4 bilhões de reais! O relatório ressalta, nesse ponto, que foi decisivo, para fundamentar tal crescimento, o esforço direcionado para a gestão financeira e tributária, bem como o apoio do Governo Federal.

Gostaria de ressaltar um ponto que me parece significativo quanto ao sucesso alcançado pela administração do Banco, nesses anos: Quando assumirem a direção do Basa, seus administradores tiveram de lidar com uma mudança bastante grandiosa. Na época, o Banco da Amazônia não estava preparado para reagir adequadamente às exigências do novo cenário desenhado pelo Plano de Estabilização Econômica. A esse respeito, informa o relatório:

“Sua estrutura apresentava-se inadequada para promover as mudanças então requeridas. Seria preciso ajustar-se de modo a justificar sua existência, apresentando solidez empresarial capaz de produzir resultados econômico-financeiros favoráveis, para que pudesse cumprir os objetivos estratégicos de governo de maneira auto-sustentável.”

A administração do Banco, então, tratou de empreender a retomada do planejamento estratégico, direcionando a instituição para alcançar maior eficácia, visando a ganhos de qualidade, produtividade e competitividade. Com isso, seria eliminada a crise de identidade do Basa: ser banco de fomento ou banco comercial.

O objetivo a ser atingido, Senhor Presidente, não se apresentava fácil. Nem simples. Era uma missão de alta envergadura. Exigiu da administração e de todos os seus colaboradores um esforço que tem de ser valorizado e enaltecido! A meta almejada buscou, em síntese, dar ao Basa novo rumo e novo perfil, de forma a torná-lo o principal banco da Amazônia, capaz de promover o desenvolvimento integrado da região, mediante recursos de fomento, produtos e serviços. Tudo isso visando, em última análise, à satisfação da sociedade, dos clientes e acionistas. Hoje, o Basa pode exibir o sucesso de tal empreitada, que se comprova pelos números que acabei de ler.

Registro meu aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela sua grande visão de homem público, que sempre soube apoiar os instrumentos voltados para o desenvolvimento, como é o caso do Banco

da Amazônia. Por igual, estendo meus cumprimentos ao ex-Ministro Pedro Malan, de quem o Basa mereceu especial atenção.

Nesta oportunidade, desejo parabenizar todo o pessoal do Basa, essas mulheres e esses homens que, com sabedoria, competência e rara disposição, tendo à frente sua então Presidente, a dinâmica Dr<sup>a</sup> Flora Valadares, fizeram do Basa, o que ele é hoje: um banco de referência para toda a nossa Amazônia, melhor dizendo, um banco de referência para todo o Brasil.

Gostaria de poder cumprimentá-los a todos, um a um, porque sei que administração alguma chega a operar obra tão significativa se não contar com a colaboração de todos os funcionários, dos que ocupam os postos mais humildes até os dos escalões mais altos. Na impossibilidade de fazê-lo, pessoalmente, cumprimento-os deste plenário com orgulho e satisfação.

Era o que tinha a dizer.



## MENOS MARKETING, MAIS AÇÃO

---

*Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio Neto (PSDB – AM)), na sessão do dia 15 de maio de 2003.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, na semana passada, referi-me neste plenário ao anúncio do lançamento, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de um programa desenvolvimentista para a região amazônica. Seria na 6<sup>a</sup> feira, mas, a julgar pelo que houve ali, tudo não passou de uma visita do chefe do Governo àquela área.

Pelo que veicularam aqui alguns nobres representantes da base política de apoio ao Governo, concluo que o Presidente, na verdade, ficou na intenção, pedindo um calendário e um plano para elaboração de um programa de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Conforta constatar que, se é assim e se o futuro plano de desenvolvimento tiver seus fundamentos em experiências anteriores, isto é, ocorridas ao longo do período do Governo Fernando Henrique Cardoso, é possível que, dessas intenções, por enquanto muito mais uma estratégia de *marketing*, resulte de fato um programa fadado ao êxito. Estamos torcendo para isso.

Não somos, absolutamente, contrários a qualquer plano em favor da Amazônia, que, sem dúvida, favorece o próprio Brasil.

Só que, por enquanto, estamos na base do palavreado, algo como “construir um modelo de desenvolvimento diferente, diversificado e múltiplo”. Não são, por acaso, estereótipos, por meio dos quais, volta e meia, o atual Governo procura apregoar intentos?

Já seria tempo de o Presidente, em quem confio, se lançar mais decisivamente à ação, deixando de lado a onda marqueteira, que não vai além do ponto onde o vento encosta a folha seca. Pode ser que a onda marqueteira seja a quarta onda ou a quinta onda. Mas não vai passar disso. Pura onda.

Já não teria chegado o momento de o Governo anunciar ações concretas?

Ainda há pouco, na segunda-feira, o nobre Senador Mão Santa alertou o Ministro dos Transportes quanto à precariedade das rodovias, que, do começo do ano para cá, se tornaram praticamente intransitáveis em quase todo o País. O ilustre senador piauiense assinalou que “a fome que o Piauí tem hoje é de desenvolvimento, de obras concretas.” Ele acrescentou que seu Estado está cansado de servir de marketing para a generosidade do Governo, como corre em Guaribas e em Acauã, onde se iniciou o chamado Fome Zero.

Se não bastasse esse brado, outro piauiense, o Senador Alberto Silva, em aparte, prometeu consultar seu partido, o PMDB, para solicitar uma audiência ao Presidente da República e cobrar a recuperação das estradas.

Volto à Amazônia. E vejo que, na sua visita do final da semana, ao Acre, o Presidente Lula seguiu à risca o modelo do mais moderno *marketing*. Sempre se diz que, para protelar alguma coisa, por não se ter nada de concreto, basta inventar uma reunião ou assinar meia dúzia de protocolos de intenções.

Protocolos assim não faltaram. Foram assinados três deles, denominados de acordos de cooperação, firmados com os governadores dos Estados do Acre, do Amazonas, do Amapá, de Rondônia.

Não conhecemos o texto desses acordos – e até gostaríamos de conhecê-los, para uma análise mais profunda – mas, a julgar pelo que foi divulgado, não faltaram intenções, como a criação na Amazônia de assentamentos florestais, de um modelo de reforma agrária específico para a região, visando a preservar o meio ambiente e explorar racionalmente os recursos naturais típicos dos Estados.

Não faltou também algo como a transformação (?) do Banco da Amazônia num instrumento de apoio ao desenvolvimento regional, como se não fosse essa a sua missão...

Mais um protocolo: para criar o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia...

O atual Governo vem sendo um excelente aprendiz de *marketing*, lançando, a toda hora, frases e frases ao vento. Para que fiquem a devanear ao léu.

Uma frase é uma frase e pode até agradar, mas seus efeitos não duram mais do que o tempo de vida do ar posto artificialmente.

Nessa semana, a frase, lá no Norte, foi: “É o fim da era do País pensado a partir de Brasília.” Que tal pensar menos e realizar mais?



Até quando vamos continuar assistindo a tanto *marketing*?

Temos algumas verdades sobre a Amazônia, que sabemos ser uma região estratégica para o Brasil. Por isso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que entendeu bem esta realidade, cuidou de implantar naquela área uma infra-estrutura capaz de, aí sim, servir de suporte para projetos e programas de desenvolvimento. Cito, por exemplo, o Sistema Sivam, de alcance indiscutível como projeto de significação para a Amazônia e o Brasil. Estratégico e necessário.

É uma pena que o atual Governo não aproveite bem, de uma vez para sempre, essa boa infra-estrutura herdada do período FHC, em vez de ficar ao vento, na suposição de que as bolhas sejam permanentes e o *marketing* duradouro.

Era o que tinha a dizer.



## O PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

---

*Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio Neto (PSDB – AM), na sessão do dia 29 de maio de 2003.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, formalizei hoje, perante a Mesa Diretora do Senado, projeto, revestido de uma aparente simplicidade de mudança de denominação, mas com o qual pretendo, acima de tudo, render homenagem a nunca assaz louvada Zona Franca de Manaus, baluarte institucional do desenvolvimento socioeconômico da região amazônica, cuja importância logrou o reconhecimento do Constituinte de 1987/88, consubstanciado no art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Por reconhecer a relevância e o papel desempenhado pela Zona Franca, como pólo de produção industrial e de geração de impostos e postos de trabalho qualificados, proponho a alteração da denominação desse conjunto econômico e legal para Pólo Industrial de Manaus, uma moderna legenda que, além de mais consentânea com a realidade econômica, operacional e institucional do complexo, haverá de contribuir para um novo enfoque político e administrativo das potencialidades e perspectivas de desenvolvimento da atual Zona Franca e suas articulações com o planejamento do desenvolvimento da região Norte e da região amazônica, em particular.

Como decorrência da mudança projetada, propõe-se também nova denominação para a Suframa, que passaria a denominar-se Superintendência do Pólo Industrial de Manaus.

A alteração de nomes, ressalte-se, não implica qualquer mudança nos objetivos e na estrutura da atual Suframa.

Minha preocupação, embora também voltada para aspectos como o de que trata este projeto, tem uma outra abrangência, mais ampla e ne-

cessária. A Amazônia é uma região estratégica, tenho convicção e sei que também os brasileiros de todas as áreas pensam nessa mesma direção.

Não perceber que a fronteira mais expressiva para o desenvolvimento econômico do Brasil é a Amazônia, nossa fantástica região continental, seria uma visão canhestra, irreal e desajeitada da realidade brasileira e do grande futuro do País.

Por isso, também, investir na Amazônia significa lançar um olhar estratégico sobre o País.

Mais do que nunca, lanço o olhar para o Brasil sob o ângulo da Amazônia e, por igual, olho a Amazônia sob o ângulo do Brasil.

Estou, da mesma forma, confiante de que os brasileiros devem se comprometer com o povo e a terra da Amazônia, que são parte da nossa Pátria. Assim tem sido, pelas exuberantes manifestações de fé na Amazônia. Ainda há pouco, o nobre Senador Pedro Simon, formalizou projeto de lei, declarando que 2004 será o “Ano de defesa da soberania nacional sobre a Amazônia brasileira”, como forma de, mais ainda, congregar nossas populações em torno da mais estratégica região, na qual vislumbramos o próprio futuro do Brasil como nação poderosa e influente em nível mundial.

Esse direcionamento nós o fazemos sem xenofobia, antes com sentimento de brasilidade. E assim agindo, nossas atenções se voltam também para a necessidade de modernização dos meios para o desenvolvimento da Amazônia. Basta mencionar um aspecto, a água, que será a grande *commodity* do amanhã. Daqui a pouco, estará bem mais valorizada do que o petróleo.

Temo um pouco pela nossa inércia. Imagino que temos dois compromissos em relação à Amazônia. Um deles é darmos garantias muito claras à humanidade, que tem direito a ter interesse na região, mas nenhum outro país tem direito a ter propriedade sobre a Amazônia, que haverá de ser sempre da Bandeira Nacional.

De fato, a humanidade tem direito de nos perguntar e de exigir que sejamos capazes de desenvolvê-la sem riscos ecológicos graves, sem devastações, sem quaisquer desequilíbrios que possam prejudicar a própria humanidade, mas a afirmação da soberania nacional que nos é essencial, a meu ver, deve vir sempre marcada pela nossa capacidade de desenvolver a região de maneira sustentável, de maneira sustentada, para mostrar ao mundo que somos capazes de ocupar a fronteira. E aí há um papel excepcional, cada vez com mais ênfase, a ser atribuído às nossas Forças Armadas, assim como aos empresários e empreendedores agrícolas.

Em outras palavras, temos de desenvolver a região com a perspectiva do crescimento sustentável, desenvolvê-la com olho no futuro, desenvolvê-la com o olho colonizador, desenvolvê-la com a idéia de que, desenvolvida e bem utilizada, do ponto de vista dos recursos naturais, com respeito aos direitos da humanidade, não temos o que temer, porque será sempre nossa e a humanidade se orgulhará de a Amazônia pertencer a um País que não abre e não abrirá mão dela nunca e que sabe da responsabilidade para com as suas questões internas, e sabe da importância dessa região estratégica para o mundo.

O amazônida – e eu sou um deles – tem de saber defender a sua região e se orgulhar dela, mas é fundamental que todo o Brasil compre essa idéia, que em Pernambuco ou no Paraná, em São Paulo ou no Rio Grande do Sul, como em Goiás ou em Minas, percebam a importância da Amazônia, e que no Brasil inteiro as pessoas percebam que essa região estratégica, se bem desenvolvida, servirá ao País como um todo e, claro, aos Estados.

Era o que tinha a dizer.



## PELA DEFESA DA AMAZÔNIA

---

*Discurso pronunciado pelo Senador Arthur Virgílio Neto (PSDB – AM), na sessão do dia 11 de junho de 2003.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o jornal *A Crítica*, de Manaus, é um incansável defensor da Amazônia e, como tal, não tem medido esforços para, em reportagens de grande fôlego, em editoriais e no próprio noticiário do dia-a-dia, propagar esta que é uma das idéias mais necessárias ao Brasil, qual seja o engajamento de todos os cidadãos deste país em defesa da grande área estratégica do Norte do Brasil.

Já mencionei desta tribuna, em duas ocasiões, o magnífico trabalho de duas repórteres daquele jornal, Dione Santana e Mariléa Amaral, as quais, numa brilhante série de reportagens, concluída nesse último domingo, fizeram um notável levantamento da atual situação da Amazônia, um raio-X perfeito sobre esta nossa região, que representa a esperança de um futuro mais promissor para o Brasil.

A reportagem de número 3, a que me refiro, tem o título de *Amazônia: “guardai esta terra”*, tratando, com muito zelo e com informações atualizadas, a questão da legislação existente no País em torno do assunto. E passa a ser parte integrante deste pronunciamento.

As duas repórteres sustentam que a Amazônia, mais do que nunca, necessita de uma lei de grande peso para tratar da defesa da biodiversidade da região. Uma lei, notam elas, que venha substituir a Medida Provisória nº 2.168, em boa hora editada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas que, já agora, reclama uma modernização.

Quero informar a este Plenário que resolvi aceitar a sugestão dessas jornalistas e já determinei a minha assessoria que levante o assunto, para ensejar a elaboração, com certa urgência, de uma legislação mais atualizada para a defesa da Amazônia.

Senhor Presidente, peço que a reportagem das jornalistas Dione Amaral e Mariléa Amaral passe a ser parte integrante deste pronunciamento e, assim, constar dos anais do Senado.

Já que estou falando sobre a Amazônia, quero aproveitar a oportunidade para saudar a oportuna descentralização dos debates em torno do Plano Plurianual do Governo para o período 2004 a 2007.

O marco inicial dessa descentralização ocorrerá na próxima sexta-feira, dia 6, em Manaus, na reitoria da Universidade Estadual do Amazonas, com a presença do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci.

Para se ter uma idéia do interesse pelos debates, basta mencionar que, até ontem, já estavam inscritas para os debates 72 entidades representativas de diferentes áreas do Amazonas. Ao desejar que os debates sejam conduzidos com acerto, faço votos também para que desse encontro inaugural de descentralização resultem benefícios para a Amazônia, que, como sabem todos os brasileiros, é a região mais estratégica para o futuro do Brasil.

Era o que tinha a dizer.



## UMA SUBCOMISSÃO PARA OLHAR PELA AMAZÔNIA

---

*Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio Neto (PSDB – AM), na Comissão de Relações Exteriores, dia 12 de junho de 2003.*

Ao criar a Subcomissão Permanente da Amazônia, o Senado pratica um ato de visão e de excepcional relevância para o futuro do Brasil.

A opção pelo âmbito da CREDN para acolher esta nova Subcomissão Permanente encontra inteira guarida, tendo em vista a localização da Amazônia em área fronteira e na qual se concentram nossas maiores riquezas florestais e as nossas incomparáveis reservas de água, cuja preservação e aproveitamento sustentado são hoje motivo de nossa talvez maior preocupação, mas que devem também, e principalmente, merecer nosso permanente zelo.

Esta será uma Subcomissão que visa a opinar e a promover estudos sistematizados para uma região brasileira também específica e que, por isso, necessita de tratamento especial, sem que, com isso, estejamos nos direcionando para aspectos meramente regionalistas. Não. A Amazônia, como sabemos, é uma área estratégica de interesse nacional. Como tal, justifica-se, no Congresso e particularmente no Senado, que venha a ser alvo de atenções ampliadas, com vistas ao direcionamento que todos os brasileiros almejam para a região.

A proposição que formalizamos é, pois, muito mais um ato de visão voltada para o futuro do País.

Era essa a comunicação que me impunha fazer neste momento de tanta significação para a Amazônia e o Brasil.



## A AMAZÔNIA E A POLÍTICA PARA USO DA ÁGUA

---

*Discurso pronunciado pelo Senador Arthur Virgílio Neto (PSDB – AM), na sessão do dia 25 de junho de 2003.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, como bem natural de domínio público, a água vem motivando, cada vez com mais frequência, estudos que visam à preservação dos mananciais e, nesse sentido, para que venha a se estabelecer, no País, uma Política Nacional de Água.

O Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Senra, sustentou, em recente artigo na imprensa, a necessidade de os estudos em curso se ampliem, contando com a necessária participação da sociedade civil brasileira.

Como parlamentar do Amazonas, vejo com interesse e também com certa preocupação todos os aspectos que envolvem esse bem, para mim o mais importante para a Humanidade. Já tive ocasião de declarar, desta tribuna, que a água, ainda neste século 21, será o bem de maior valor entre todos os demais que movimentam o mercado, superando até mesmo o petróleo.

Brevemente, deverá ser instalada, junto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Subcomissão Permanente da Amazônia, criada a meu requerimento. Essa será uma comissão destinada ao estudo de todos os aspectos que envolvem a Amazônia, a partir da tese hoje muito debatida no seu aproveitamento racional, de sorte a preservar a grande riqueza que ela representa.

Penso que, entre outros aspectos a serem objeto das atenções da Subcomissão da Amazônia, a água deverá ocupar boa parte de nossas atenções, inclusive tendo em vista que, neste momento, se processam estu-

dos monitorados pelo Ministério do Meio Ambiente, em busca de uma política brasileira para a água.

Tais estudos ganham maior interesse diante também do sugestivo Ano Internacional da Água Doce, já em curso e ao longo do qual será realizada, no Brasil a I Conferência Nacional do Meio Ambiente.

De minha parte, desde já, comprometo-me, como amazonense e como parlamentar, a dedicar todos os meus esforços para que se possa delinear uma efetiva e bem definida Política Nacional de Águas. E certamente a Subcomissão da Amazônia, o Senado e o Congresso Nacional igualmente haverão de cerrar fileiras em torno desse grande objetivo.

Era o que tinha a dizer.

## **PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA**

---

*Discurso pronunciado pelo Senador Arthur  
Virgílio Neto (PSDB – AM), na sessão do dia  
7 de julho de 2003.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Pólo Industrial de Manaus – PIM é uma grata realidade na economia brasileira e os números confirmam a ascensão desse notável empreendimento que experimentou decisiva arrancada durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para se ter uma idéia, cito o aumento das exportações de produtos ali manufaturados, da ordem de 13,13% nos quatro primeiros meses deste ano, decorrentes do trabalho realizado no governo anterior. As cifras levam a Superintendência da Zona Franca de Manaus, a SUFRAMA, a crer que será alcançada a meta estimada para este ano, com um volume de exportações de US\$1,5 bilhão, quase cinquenta por cento a mais do que o registrado em 2002.

Para superar esse objetivo, o Pólo Industrial de Manaus esforça-se pela abertura de novos mercados, já estando em curso negociações com o Mercosul, com a Comunidade Andina, a Comunidade Européia, bem como o incremento das exportações para os Estados Unidos, que já lideram a lista dos 15 maiores parceiros do PIM. A seguir, figuram os países latinos, principalmente a Colômbia, a Argentina, o Chile e o México.

Da lista de produtos exportados pela Zona Franca de Manaus, figuram em primeiro lugar, de janeiro a maio deste ano, os telefones celulares, com vendas do valor de US\$213 milhões; preparados para fabricação de bebidas, US\$31 milhões; televisores coloridos, US\$29 milhões; tubos de vídeo (monitores), US\$26 milhões; motocicletas, US\$25 milhões; aparelhos de barbear não elétricos, US\$15 milhões; aparelhos de ar-con-

dicionado, US\$15 milhões; motocicletas com motor, US\$13 milhões; tubos catódicos para televisores, US\$10 milhões; lâminas de barbear de segurança, US\$6 milhões; acessórios para aparelhos de fotocópia, US\$6 milhões; carburadores para motores de explosão, US\$5 milhões; aparelhos de ar-condicionado para janelas, US\$5 milhões; filmes para fotos em cores (rolos), US\$4 milhões; obras de metais prec.metalis folha/chap. metal, US\$3,9 milhões; compostos amálgamas de platina, US\$3,6 milhões; receptores decodificadores cores, sinais digitais de vídeo, US\$3,2 milhões; aparelhos receptores de rádio e TV, US\$2,3 milhões; aparelhos de reprodução ind. de fotocópia monoc., US\$2,3 milhões; óleo diesel, US\$2 milhões.

Das 430 indústrias estabelecidas no PIM, as que lideram as exportações são (em ordem alfabética): Eletrolux da Amazônia, Gillete do Brasil, Kodak da Amazônia, LG Eletronics da Amazônia, Moto Honda da Amazônia, Nokia do Brasil Tecnologia, Panasonic da Amazônia, Pepsi-Cola Industrial da Amazônia, Phillips da Amazônia, Recofarma Industrial da Amazônia, Samsung Eletrônica da Amazônia, Samsung SDI Brasil, Sony Brasil, Thomson Multimídia, Xerox Comércio e Indústria e Yamaha Motor da Amazônia.

O Pólo Industrial de Manaus exerce efeitos positivos para a qualidade de vida da população local. O Índice de Desenvolvimento Humano (conhecido como IDH), que reflete a média dos índices de expectativa de vida, de educação/escolaridade e renda *per capita*, apresentou significativa evolução no período de 1970 a 1996, com taxa de crescimento de 82,38%, acima da média nacional no mesmo período, que foi de 68,02%.

O Pólo exerce elevação do padrão de vida não apenas no Amazonas, mas, também, nos Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Pará. Nessa área de influência, o crescimento registrado naquele mesmo período, na região Norte, foi de 70,66%, superior à da região Sudeste, de 38,23%.

A despeito dessas cifras positivas, o otimismo do empresariado da Zona Franca de Manaus é, de certa forma, moderado. E explica-se esse temor: a recessão brasileira atinge em cheio os consumidores de produtos ali manufaturados. A grande maioria desses consumidores é do centro-sul do País, área em que tem sido crescente o desemprego, ao lado da redução do poder aquisitivo da maioria da população brasileira.

Essa é uma perspectiva preocupante, principalmente quando se leva em conta o significado da Zona Franca para a economia do Amazonas. O Pólo responde atualmente por mais de 250 mil empregos em Manaus.

Desses, 57 mil são empregos diretos, isto é, empregados das fábricas. Os demais empregos são da rede de fornecedores, prestadores de serviços e comércio, que atendem direta ou indiretamente ao Pólo Industrial. Hoje, graças ao PIM, mais de cinquenta por cento da população economicamente ativa tem rendimento mensal de 2 a 10 salários mínimos.

Para a dinamização das atividades do PIM, a retomada do desenvolvimento no País é fundamental, mas, lamentavelmente, não tem havido, da parte do governo Lula ações administrativas concretas nem investimentos produtivos ou obras públicas.

Era o que tinha a dizer.





## AQUI E MUNDO AFORA, O GRITO DE UM BRASIL ADENTRO

---

*Pronunciamento do Senador Arthur  
Virgílio Neto (PSDB – AM), na Comissão de  
Relações Exteriores, dia 21 de agosto de 2003.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, está sendo oficialmente constituída a Subcomissão da Amazônia, um novo, estratégico e oportuno apêndice da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

De caráter permanente, ela é criada a tempo e a hora, para que, sem dar tempo ao tempo, possa o Senado da República agir desde logo diante de um de seus maiores desafios. Sem perder o tempo e o latim.

Até aqui, seguimos perdendo tempo e gastando o latim. Falamos muito e deixamos a sinfonia amazônica caminhar muito mais em compasso andante e muito menos em compasso andantino. O primeiro, ensinam os maestros, lento, como não nos convém; o segundo, mais veloz, como seria desejável.

De Amazônia, pouco sabemos. Mas todos sabemos o que dela queremos, que é ela própria. Como ela é. Do jeito que ela é e que a todos nos fascina com a sua grande mata, com o grande rio, com os igarapés, com suas lendas, seu encantamento e sedução. E, acima de tudo, a grande potencialidade da região, que concentra, numa fantástica biodiversidade, a maior riqueza do mundo.

As vistas que, de fora do País, se voltam para a Amazônia mostram um outro andamento. Mais veloz que o nosso. Com mais garra que a nossa. Sem faltar o que – no latim que se gasta – se convencionou chamar de biopirataria.

Nós, brasileiros, sabemos o que queremos em relação à Amazônia. Agora, ensina a poesia musical, é preciso fazer a hora, sem esperar acontecer.

Alguma coisa precisa ser feita, no âmbito do Parlamento. A hora do fazimento é agora. A hora é já. A Amazônia é factível. E por ser uma realidade é que surgiu essa idéia da Subcomissão da Amazônia. Que nasce para um dos nossos maiores desafios.

O desafio não deve ser interpretado como mera busca de soluções para a Amazônia. Até porque a Amazônia não é um problema. Ela própria é a solução. Solução para o futuro do Brasil, como fronteira insuperável de riquezas. A Amazônia é a nossa maior região. E também o nosso maior e mais radiante futuro.

Esta Subcomissão – estou plenamente convencido – será um poderoso instrumento auxiliar para estudos, debates, análises e medidas legislativas acerca da Amazônia.

Foi bom, acho eu, que o Senado da República, tivesse aberto este novo espaço para a Amazônia. Um espaço sobretudo estratégico. Para a Grande Arrancada Amazônica.

Este é o espaço adequado para ecoar, mundo afora, o grito de um Brasil adentro. Este é o espaço para a consolidação do conceito que aqui, nesta mesma Comissão, ganhou a dimensão merecida:

“A Amazônia é patrimônio a serviço da humanidade, mas Terra-Brasil.”

Exaltada, cantada e amada sempre; jamais criticada ou esquecida, a Amazônia, Terra Brasil por excelência, é, acima de tudo, região estratégica, que pede nossas atenções. Mais do que isso, é preciso que o País formule ações concretas e esforços decisivos para que a Amazônia possa cumprir sua verdadeira vocação e exercer sua força desenvolvimentista, em favor do Brasil e em benefício também de toda a humanidade.

Integrada por seis senadores, como membros titulares e igual número de suplentes, a Subcomissão abre suas portas a instituições de estudos científicos e técnicos da região amazônica, mas, em igual dimensão, às demais organizações, institutos, entidades governamentais, às Universidades Federais e a todos os brasileiros que possam colaborar em favor do desenvolvimento nacional.

Era o que tinha a dizer.

## AMAZONTECH 2003, A BUSCA DE NOVOS HORIZONTES TECNOLÓGICOS PARA A AMAZÔNIA

---

---

*Discurso pronunciado pelo Senador Arthur Virgílio Neto (PSDB – AM), na sessão do dia 23 de setembro de 2003.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, tem início, amanhã, em Manaus, uma das mais importantes e já indispensáveis iniciativas do mundo empresarial do Norte do País, a Amazontech 2003.

Trata-se de empreendimento a que sempre dispensei o melhor dos meus esforços, tanto que, na fase de sua organização, este ano, fui pessoalmente ao Ministério da Agricultura, para, com o presidente do Sebrae, Dr. Silvano Giani, convidar o Ministro Roberto Rodrigues, que amanhã abre o encontro.

Por falar em tecnologia, quero também, e com muita alegria, saudar, da tribuna do Senado da República, o transcurso do 94º aniversário de criação do atual Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas, sucessor da nossa gloriosa Escola Técnica Federal do Amazonas.

Muito próximo do seu centenário, o Cefet atua como instituição de referência na educação profissional em nosso País, mantendo duas unidades em Manaus, uma na área central da capital e a outra no Distrito Industrial.

Pela data aniversária do Cefet, cumprimento seu atual diretor-geral, o professor Raimundo Vicente Jimenez e, por seu intermédio, a todos os professores, servidores e alunos da instituição.

A Amazontech 2003 coincide com uma fase em que as atenções se voltam mais intensamente para a Amazônia. De um lado pelo crescimento de ações da chamada biopirataria. De outro lado, providências, inclusive oficiais, que possam conter ações nefastas como aquela.

Com a iniciativa, que se desenvolverá até o final de semana, o País todo será contemplado com novos avanços e conquistas da tecnologia, para aplicação na nossa mais estratégica região, a Amazônia de todos os brasileiros.

Impossibilitado de comparecer à solenidade inaugural, estarei, porém, com certeza, em Manaus na 6ª feira ou no sábado, para acompanhar boa parte dos debates e, também do encerramento da Amazontech 2003.

Desde logo, formulo votos para o êxito dessa louvável iniciativa, que, sem dúvida, haverá de se repetir nos próximos anos.

Era o que tinha a dizer.

## AS FRUTAS DA AMAZÔNIA SÃO NOSSAS. PEDEM PASSAGEM E A PROTEÇÃO MERECIDAS

---

*Discurso pronunciado pelo Senador Arthur Virgílio Neto (PSDB – AM), na sessão do dia 7 de outubro de 2003.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, pode até ser que a cachaça e a caipirinha tenham seu lugar. Nada a opor. E se uma e outra puderem ser exportadas em quantidades maiores do que as atuais, tanto melhor, serão dois fortes itens para melhorar nossa balança comercial.

São freqüentes notícias informando que a cachaça brasileira caiu no gosto de muita gente por esse mundo afora. Bom para Minas, que, dizem, produz a melhor aguardente brasileira. Bom para o Ceará, da Ypioca. Bom para o litoral do Paraná, terra da famosa Morreteana. Bom para o Brasil.

Tudo indica que, daqui em diante, vai ser ainda melhor. Agora, “a caipirinha é nossa”, como está sacramentado no *Diário Oficial*, que traz até a graduação alcoólica da bebida, entre 15 e 36%, e a receita: cachaça, açúcar e limão. Tudo devidamente sacramentado com a assinatura do Presidente Lula.

O decreto do Presidente diz que nenhuma bebida pode receber o nome de cachaça se não for produzida com a cana brasileira. Só falta agora exigir que se coloque no rótulo aquele emblema de incrível mau gosto do Duda Mendonça, com a palavra Brasil em letras multicoloridas.

Resolvido e publicado: a cachaça e a caipirinha já existem também em decreto, que recebeu o número 4.851, com direito a *Diário Oficial* e tudo mais.

Leio em *O Globo* declarações do coordenador de Inspeção Vegetal do Ministério da Agricultura, Ricardo Cavalcanti, explicando que a idéia do decreto é deixar claro que a cachaça e a caipirinha são produtos brasileiros e assim evitar que empresas estrangeiras as utilizem como marcas no mercado internacional.

Como amazonense e brasileiro, palmas para o zelo governamental à cachaça. Também como brasileiro, e principalmente como amazonense, só acho estranho que o Governo petista do Presidente Lula não volte esse mesmo interesse para as frutas da Amazônia, como o Cupuaçu e o Açaí, que são melhores que qualquer bebida e, além do mais, saudáveis e naturais.

Há menos de 10 dias, fiz, deste mesmo plenário, a defesa dos frutos da Amazônia, alvo da cobiça internacional, em particular da multinacional japonesa *Asahi Foods*, que está pleiteando a patente mundial do Açaí e do Cupuaçu.

Na oportunidade, sei que interpretando o pensamento de todos os brasileiros, ponderei que é urgente fazer alguma coisa em defesa das insuperáveis frutas da Amazônia brasileira.

Formalizei também uma Indicação à Subcomissão da Amazônia e à Comissão de Relações Exteriores, sugerindo estudos e providências imediatas para evitar que, amanhã, se o brasileiro quiser industrializar aqui o Cupuaçu e o Açaí vai ter que pedir licença ao Japão. E pagar *royalties*.

Estou certo de que os Presidentes das duas Comissões, os ilustres Senadores Jefferson Peres e Eduardo Suplicy serão sensíveis a essa outra idéia, que parte do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

## Manaus Corre o Risco de Um Apagão. Por Culpa da Eletrobrás

---

*Discurso pronunciado pelo Senador Arthur Virgílio Neto (PSDB – AM), na sessão do dia 29 de outubro de 2003.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Governo petista do Presidente Lula, acaba de inaugurar mais uma obra, o espetáculo da inadimplência. O mesmo governo, que andou aprontando ao deixar de pagar algumas dívidas, dá curso ao seu vira-e-mexe e protela pagamentos que seriam inadiáveis, como as indenizações dos anistiados.

Nem os anistiados têm sido priorizados pelo governo que tanto se dizia comprometido com a tese da anistia ampla, geral e irrestrita.

Dessa vez, o Governo faz mais uma das suas e de forma muito mais grave. Coloca os habitantes de Manaus ante a iminência de ficar às escuras.

Os jornais falam em “eletro-calote”. E vem da Eletrobrás. Faz 10 meses – o mesmo tempo de existência do governo do Presidente Lula – que a empresa estatal não paga um tostão sequer à maior produtora independente de energia do Amazonas, a empresa *El Paso*.

A Eletrobrás deve R\$90 milhões a essa produtora de energia elétrica e mantém-se na postura de insensibilidade – que, melhor dizendo, seria a postura de irresponsabilidade. Com essa postura, submete 1 milhão e 700 mil pessoas a um muito provável apagão.

Quisera não estabelecer comparações. Contudo, não há como deixar de levar essa denúncia a um confronto de atitudes, entre o Governo Fernando Henrique Cardoso e o Governo da atualidade.

Vamos ao exame das diferenças entre um e outro Governos.

Obrigado a administrar o prolongado período de estiagem que reduziu dramaticamente os reservatórios das hidrelétricas, o Governo pas-

sado fez de tudo, o possível e o impossível, mas evitou o mal maior que seria um indesejável blecaute da maior parte do território brasileiro. Lutou-se contra as adversidades da natureza, da falta de chuvas, e dessa maneira, responsável e séria, afastou o risco do apagão em boa parte dos nossos Estados.

Agora, quando o setor não enfrenta problemas semelhantes, o que se vê é um outro comportamento, que passa longe do zelo, do cuidado e do interesse pelas populações. A desídia, negligência e uma postura não recomendável – por parte da Eletrobrás – colocam a população inteira da Capital do Amazonas em sobressalto.

Por conta da falta de recebimento do dinheiro a que tem direito, a *El Paso* Energia está à beira de não ter como suportar a produção de energia com o grau de confiabilidade necessário. O parque termelétrico da empresa opera no momento com apenas 30 por cento de sua capacidade. Os outros 70 por cento já nada produzem, por falta de dinheiro para operação e de dinheiro para manutenção.

A Eletrobrás é devedora daqueles R\$90 milhões à *El Paso* e, em reunião realizada no dia 21 último, em Brasília, vieram a ser assinados um novo contrato e a confissão do débito pelo devedor. A confissão da dívida estabelecia o pagamento da dívida de 90 milhões de reais em quatro ou cinco parcelas.

Não obstante, e aí entra o componente mais sério, um único conselheiro da Eletrobrás, que representa o Ministério da Fazenda, pediu vista do processo todo, que continha a minuta do novo contrato. Portanto, a confissão de dívida, que gera suporte para o pagamento dos 10 meses em débito pela Eletrobrás, bem como o novo contrato, foram retirados da pauta do Conselho da empresa.

Agora, o assunto só tornará a exame em reunião a se realizar no dia 12 de novembro. Um espaço de tempo que pode levar ao pior, ou seja, o colapso no fornecimento de energia elétrica aos habitantes da minha cidade de Manaus.

Se isso vier a ocorrer, entre 1 milhão e 700 mil e 1 milhão e 800 mil pessoas vão pagar pelo descaso do Governo petista do Presidente Lula, que, com esse tipo de postura, se mostra insensível, pouco ligando para com Manaus e sua brava população.

Como todos os amazonenses, não aceito o que ocorre. Por enquanto, limito-me a formular essa denúncia e a opor veemente advertência perante a ilustre Ministra das Minas e Energia, Dr<sup>a</sup> Dilma Roussef, e à Agência Nacional de Energia Elétrica.



É preciso que ambos, a Ministra e a Agência, saibam que a Eletrobrás, se quiser prosseguir nessa postura de arrasa-terra, este será um problema a ser encarado pelo Governo. Afinal, até aqui, a postura de rotina desse Governo é a de passar a mão pela cabeça dos que se desviam da rota, e temos visto, até mesmo da rota ética.

Nós, amazonenses, os moradores de Manaus, não aceitamos linha, norma, diretriz, orientação – ou como a queiram denominar – que, como essa, causem prejuízos às populações.

O mais grave de tudo é que essas populações vêm pagando pelo consumo da energia, sem que, da parte da distribuidora, sejam repassados à produtora, no caso a *El Paso*. Isso pode ser encarado até mesmo como apropriação indébita, para dizer o mínimo.

Indago, ao final deste protesto: até quando o povo haverá de se sujeitar à desídia governamental. Mencionei, no início dessa advertência, Sr. Presidente, que o tempo de atraso no pagamento, pela Eletrobrás, coincide com o período de existência do Governo petista. Dez meses de “eletro-calote”; dez meses de inação administrativa, dez meses de inanição governamental.

Era o que tinha a dizer.



## REFORMA TRIBUTÁRIA – ZFM É UMA ÁREA ADUANEIRA ESPECIAL

---

---

*Pronunciamento do Senador Arthur  
Virgílio Neto, na Reunião da Comissão de Cons-  
tituição e Justiça, no dia 29 de outubro de 2003.*

Sr. Presidente, eu queria justificar o Líder Aloizio Mercadante. Falar de tantos assuntos assim, fazer críticas ao Governo passado, analisar os três projetos em menos do que os 15 minutos que S. Ex<sup>a</sup> utilizou, de fato seria impossível. De qualquer maneira, comentarei o que S. Ex<sup>a</sup> disse, e confesso que não ultrapassarei 15 minutos. Tenho absoluta convicção.

Sr. Presidente, nosso prezado Líder Aloizio Mercadante sempre se refere, sobretudo quando é de interesse do Governo, ao tal debate qualificado. E hoje ressalto que não vi S. Ex<sup>a</sup> nos seus melhores dias. Aprecio-o e admiro-o quando S. Ex<sup>a</sup> está nos melhores dias. Algo tipo TPR – Tensão Pré-Reforma. S. Ex<sup>a</sup> propõe um debate menor do que o que queremos nesta Casa. A comparação eterna entre o Governo passado e este Governo. Algo que não faz jus à sua proclamada honestidade intelectual. Ou seja, não aumentamos carga tributária. Aumentaram, sim, e, a pedido do Ministro Palocci, para o Presidente Fernando Henrique e para o Ministro Malan – isso é indesmentível, o Ministro Palocci confirmará isso, e sei que o Líder haverá de sopesar também sua opinião. No bojo da MP nº 66...

Nesse intróito, ressalto mais alguns pontos. Há perspectiva de aumento. Há cerca de dez itens, no relatório do prezado Senador Romero Jucá, que abrem espaço para aumento de carga tributária. Mais ainda: já houve aumento de carga tributária quando aqui se triplicou a CSLL e quando aqui se aumentou a Cofins. As razões são profundas para justificar o que ninguém gostaria de ter visto acontecer: o aumento da carga tributária no governo passado.

Proponho de fato um debate qualificado. Por quê? Porque, se vamos para esse nível, dizemos: “Que tal nós provarmos que, se não quisermos, não se aprova isso? Que tal nós provarmos, de maneira encarniçada, que, se não quisermos, isso não será votado hoje, amanhã, nunca”? Depois de muita confusão, quem sabe causemos o que não queremos causar: prejuízo ao País.

Proponho ao Líder que volte aos seus melhores momentos, os momentos da concórdia, da tentativa de somar vontades e trabalhar na direção da melhor proposta. Ressalto que o Relator já demonstrou vontade de acolher emendas, já acolheu emenda, não trabalhou de maneira imperial, embora – eu disse isto a S. Ex<sup>a</sup> – reconheça a limitação de S. Ex<sup>a</sup>, seja a do momento, seja a limitação de um Governo, que não está disposto a fazer uma reforma tributária perfeita e profunda.

Senhor Presidente e Senhor Relator, Senador Romero Jucá, se é verdade que determinado momento de uma crise econômica possa contra-indicar uma reforma tributária, é verdade que, já que se vai fazer, talvez não haja contra-indicação entre reforma tributária e ousadia. A oportunidade que se tem neste momento é a de sinalizar para os empresários e para os investidores. O Ministro Palocci fala: “Invistam”. Sabemos que, por mais simpático que seja o Ministro, não é o pedido dele que aumentará a taxa de investimentos dos medíocres menos de 17% de hoje para os necessários pelos menos 25% ou 28% de que precisamos para, de fato, oferecer ao País algo parecido com o espetáculo do crescimento.

É preciso sinalizar com clareza aos investidores que as coisas estão mudando. Por isso, homenageio o Senador Rodolpho Tourinho pela bela exposição e belo voto em separado. Anoto o esforço o Relator Senador Romero Jucá e sua competente intervenção sobre a matéria. Mas quero me fixar na proposta do Senador Tasso Jereissati, que sinaliza para valer não com a discussão que será aberta até tanto e quem sabe interdita até lá, mas com as coisas acontecendo a partir de 2007. Ou seja, com essas regras, daria para os investidores dizerem: “Vamos, sim, oferecer o espetáculo do investimento neste País”.

Sr. Presidente, por isso, nós todos, Líderes da Oposição, Líderes de um Partido independente, como tem sido o PDT do Senador Jefferson Peres e evidentemente os Líderes dos Partidos da base governista, demos apoio à iniciativa do Líder Aloizio Mercadante, para aqui compormos os 16 pontos que seriam o norte em cima de uma tese. Qual era a tese? A tese era – estou vendo o Senador Romero Jucá anotar, mas não estou sequer dizendo que S. Ex<sup>a</sup> contrariou os 16 pontos, já me anteci-

pando ao que S. Ex<sup>a</sup> possa amanhã argüir. Estou dizendo apenas que nós não conseguimos, aqui, cumprir – quero isentar o Líder, o Relator, de culpa nesse processo, até porque há as limitações do Governo, há o fato de o Governo não querer a reforma para valer – mas o fato é que prevaleceu o Presidente João Paulo da Câmara, que disse “não muda”. Não mudou tanto, porque temos cerca de 80% aprovados, do que era o Projeto da Câmara. Os defeitos e as limitações remanescem. Não podemos chamar de reforma tributária o que se baseia na DRU, o que se baseia na CPMF; não podemos chamar de reforma tributária um ensaio de discussão sobre ICMS, enfim, não podemos chamar de reforma tributária o que me parece muito mais uma tentativa de preparar o Governo para alçar seu vôo – não de águia – até o final do seu mandato em relação ao que propõe o PSDB, que é uma reviravolta profunda no sistema. Alguém até pode dizer, com muita honestidade, mas nós não podemos aceitar isso agora. Mas o relator reconheceu que se está propondo uma reforma verdadeira, ousada, aliás, reforma sem ser ousada não tem cabimento.

Sr. Presidente, serei sucinto e, por mais que eu queira enrolar, não chegarei aos 15 minutos a mim assegurados tendo em vista a paridade que cada um merece ter em relação ao Líder Aloizio Mercadante. Pouparei os Srs. Senadores, pois sei que S. Ex<sup>as</sup> merecem falar cada um no seu tempo, portanto, não vamos complicar a presidência de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, o Brasil precisa de uma verdadeira reforma tributária. Quero só um adendo sobre minha Região. Nós podemos propô-la agora, se não ficar a Oposição para um lado e o Governo para o outro. O Senador Tasso Jereissati diz: “o curto prazo do Governo está atendido”. Diz: “os acertos com os Governadores estão atendidos. Estabelece um mecanismo de manutenção da carga tributária e de descenso a partir de certos indicadores seguros de análise da nossa macroeconomia.”

E diz mais: “as reformas verdadeiras, aquelas que doem, para mim, é um problema muito grave, inclusive, o que está sendo proposto, é preciso ver – o meu Estado é produtor – o que ocorrerá no destino.” Quando analiso e apóio o Senador Tasso Jereissati, estou convencido de que encontraremos os instrumentos para proteger os Estados produtores, como o meu, mas estou investindo no Brasil, estou investindo numa reforma tributária de verdade.

O esforço do Relator Romero Jucá redundava sobre alguns poucos pontos, quem sabe, S. Ex<sup>a</sup> recue do Relatório da Câmara e, em outros pontos, com certeza avança com relação ao Relatório da Câmara, mas

ambos ficaram no tópico. A reforma profunda – e o Relator foi o primeiro a reconhecer – foi proposta aqui pelo Senador Tasso Jereissati.

Sr. Presidente, quero encaminhar ao relator um documento elaborado pela Assessoria do Governador Eduardo Braga, do meu Estado. Trata-se de uma Nota Técnica sobre as alterações propostas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que tem muito a ver com a visão de S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Relator Romero Jucá. A Zona Franca é uma área aduaneira especial, assim conceituada pelo Mercosul. Aliás, lá se faz um trabalho de agregação de valor econômico, de valor industrial tão grande que, acredito, que o nome deveria ser outro e não Zona Franca, porque não é, de fato, há muito tempo uma Zona e não é Franca, porque ali recolhemos mais impostos federais do que todos os estados da região Norte somados, ou seja, o modelo é fabricante de riquezas e de impostos. Quem vai lá, muda, como mudou o Tápias, como mudou o Furlan; quem vai lá passa a entender que, sob alguns aspectos, aquele talvez seja o segundo mais sofisticado parque industrial deste País, e o Brasil desconhece isso, como se fosse uma questão paroquial, mas, na verdade, falo de um tema eminentemente nacional.

A proposta de emenda constitucional não se reporta ao art. 40 das Disposições Transitórias da Constituição. É preciso que fique bem claro, pois como foi colocado, Senador Romero Jucá, parece que a manutenção dos objetivos ficará dependendo de lei complementar. Passarei o documento a V. Ex<sup>a</sup> e sei do seu compromisso com a Região.

Temos ainda uma preocupação, que seria minha em relação ao Relatório Tasso Jereissati, é uma preocupação em relação ao seu Relatório e seria uma preocupação em relação ao Relatório Rodolpho Tourinho, quanto à questão do destino. Aqui estabelecemos nossa preocupação com compensações reais, porque, de fato, se isso for feito de maneira abrupta e se a compensação for muito clara, haverá transferência clara de riqueza de um Estado pobre estratégico para o País para Estados ricos, que, portanto, precisariam menos disso do que nós.

Sr. Presidente, finalmente, quero aqui ressaltar como valioso o fato de, tanto no relatório Rodolpho Tourinho quanto no relatório Tasso Jereissati e no relatório de Romero Jucá e no relatório de Virgílio Guimarães, termos assegurados os dez anos de prorrogação para a chamada Zona Franca de Manaus. É uma atitude brasileira esta de darmos a perspectiva de esse pólo se consolidar e poder disputar com o México amanhã na Alca, poder disputar hoje – como já está fazendo – com os Tigres Asiáticos as fatias importantes de mercado na América do Sul e a quase totalidade do mercado brasileiro quando se fala em áudio e vídeo.

Então, Sr. Presidente, quero louvar esse ponto e dizer que, quando encaminho ao Relator Romero Jucá, eu o faço – mais do que com esperança – com certeza de que S. Ex<sup>a</sup> haverá de alterar, ou melhor, haverá de dar as garantias que o Governo do Amazonas pede e que a Bancada do Amazonas solicita, por conhecer S. Ex<sup>a</sup> talvez, como poucos aqui o façam, conhecer o modelo vitorioso de desenvolvimento econômico que, a meu ver, superou o que se fez em Sudam e em Sudene e que realmente deu certo e que é criticado porque não conhece e apoiado por quem por lá passa.

No mais, tenho absoluta convicção de que ao Líder Aloizio Mercadante não interessa o debate canhestro, não interessa o debate menor, não interessa ficarmos aqui com pequenas verrinas com relação ao passado, até porque isso provocaria a relação que não queremos. De repente, digo assim: “Puxa, me senti ofendido”. Aí calço um salto de quatorze centímetros e digo assim: “Meu grande objetivo estratégico agora é não votar o relatório Romero Jucá – grandes coisas para o País”.

Não é o que quero. Eu quero discutir para valer o que é bom para o País e, portanto, voltar à fala anterior ao Líder Mercadante, voltar ao espírito do que disse aqui o Senador Tourinho, voltar ao Senador Tasso Jereissati, quando S. Ex<sup>a</sup> disse o seguinte: “Não estou aqui para discutir passado. Não estou aqui para defender passado. Não estou aqui para discutir presente nem para defender presente. Estou aqui para perscrutar caminhos de futuro para o Brasil”.

É em cima desse espírito que faço o apelo, porque é uma reunião que tem tudo para nós aqui não a partidarmos, até porque, neste episódio, eu tenho dois Partidos. Eu sou PSDB e sou um brasileiro que posso ter a honra de dizer que, haja o que houver, não saio do PSDB. Se o Presidente do PSDB gostar de mim, é um problema dele; se ele não gostar, é problema dele também. Não saio do PSDB sob hipótese qualquer. Agora aqui tem dois Partidos que superam o PSDB para mim: o Brasil e o Amazonas. Em cima disso é que estou querendo aqui ver o que se pode aperfeiçoar no que propõe Romero, o que se pode tirar do muito que produz de intelectualmente muito bom Rodolpho Tourinho e, com a visão partidária, a visão estratégica de Brasil, discutir as rodadas todas com o Senador Tasso Jereissati e pedir atenção para algo que não é do PSDB, que o PSDB gostaria que virasse uma proposta do Brasil, da sociedade brasileira, como virou a candidatura de Tancredo àquela altura; algo de fora para dentro, se possível, mas para ganharmos os corações e mentes – e já concluo, Sr. Presidente – dos que compõem esta Comissão e o Plenário.

Portanto, estou aqui de coração aberto, estou aqui preparado para discutir o que for bom para o País, ressaltando esses meus dois Partidos fundamentais: o Brasil e o Amazonas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



## PELO AMAZONAS, SEMPRE!

---

*Artigo publicado no jornal A Crítica, no dia 7 de agosto de 2003.*

Fiz, na última sexta-feira, da tribuna do Senado, pronunciamento detalhado sobre as razões pelas quais sou contra a Reforma Tributária. Deixei bem claro também, com estas palavras, que não aceito a mera prorrogação dos incentivos fiscais do Pólo Industrial de Manaus, como se fosse um bombom, e mostrei o tamanho da disposição que coloco a serviço do povo que me deu tantos mandatos, confiando-me sua defesa.

Não há nenhuma reforma estrutural no projeto que o Governo Federal chama de reforma tributária. O que se deseja é apenas prorrogar a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) e conseguir a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Em outras palavras, o governo do PT tenta apenas fazer caixa, jogando na lata de lixo os compromissos legais, éticos e morais com a Saúde e a Educação, entre outras coisas.

No caso do ICMS, o governo passou por cima do Pacto Federativo, sustentáculo da Nação Brasileira, quebrou acordos com os governadores e estabeleceu cinco patamares de alíquotas, a serem aplicadas pelo consenso dos 27 governantes estaduais. Claro que todos buscarão a alíquota máxima, apenando de forma ainda mais dura o já combalido contribuinte brasileiro.

Nunca se conseguiu tanto consenso na sociedade em torno dos objetivos a serem perseguidos pela Reforma Tributária: primeiro, não aumentar ainda mais a carga tributária; segundo, reduzir e eliminar tributos sobre exportações e investimentos; terceiro, fomentar a geração de emprego; quarto, não mexer no pacto federativo. A Oposição concorda com o Governo em torno de tais princípios, porém denuncia que o detalhamento das medidas se revela insuficiente.

No capítulo da seguridade social, o governo do PT criou uma nova contribuição sobre importações. Ignorou todas as propostas e simplesmente ampliou a Cofins, para alcançar também as importações. Deliberadamente ou não, fez isso para contornar o tão desejado princípio da não-cumulatividade, que já foi feita e com sucesso no caso do PIS.

O que disse no artigo da semana passada, repeti com números da tribuna do Senado: a proposta orçamentária para 2004 do próprio Governo Federal conta com R\$4,4 bilhões como aumento global de arrecadação. E depois, na maior cara-dura, insiste em dizer que a “reforma” não incidirá em aumento da carga tributária!

É por isso que começa a surgir um coro cada vez mais intenso dos que vêm, na movimentação do Governo, a transformação do já notório estelionato eleitoral num estelionato tributário.

Quanto ao Amazonas, ou se mantém a vantagem comparativa estabelecida na legislação do ICMS, ou se protegem para valer os interesses de um Estado, que é fortemente produtor e, embora não seja fortemente consumidor, muito tem feito pelo bem deste País, ou eu me colocarei contra no momento em que perceber risco e dano potenciais para a economia do meu Estado. Repito que me colocarei na posição de alguém que sabe muito bem a hierarquia das coisas. Na hora de cotejar os interesses do povo do Amazonas com quaisquer outros, não hesitarei e agirei como alguém que tem compromisso efetivo com as votações que tem obtido.

O Amazonas quer a prorrogação do Pólo Industrial, sim, mas não quer perder no ICMS. Não quer e não perderá, contra estes ou aqueles interesses.

P.S. – A melhor forma de comemorar a Independência é reforçando a seriedade e a cidadania; pão e circo são armas das oligarquias do Norte e Nordeste, que nós precisamos derrotar.

## EM DEFESA DA ZONA FRANCA

---

---

*Artigo publicado no jornal A Crítica, no dia 24 de agosto de 2003.*

Os governos, tanto quanto as pessoas, têm caráter. Não caio no idealismo ingênuo de dividi-los, simploriamente, entre os “completamente bons” e aqueles outros “inteiramente maus”. Não caio nisso, porque seria tolo ou porque não seria honesto.

Parto, isto sim, para admitir que o governo *A* possui certas peculiaridades a distingui-lo do governo *B* e assim por diante. O Presidente francês Charles de Gaulle, por exemplo, era majestático, quase imune a pressões. Juscelino Kubitschek dialogava com todo mundo, porém sem conceder nas questões essenciais ao funcionamento da sua lógica. João Goulart era errático e, portanto, sem rumo definido, tendente, a perder base social.

Lula é ambíguo: fala grosso e, na mesma pisada, abre mão de pontos de vista seus para todos os interlocutores que o pressionam. Foi assim no episódio recente da Reforma Previdenciária, na Câmara dos Deputados. Foi assim no episódio dos 25% da Cide, a serem repassados aos governadores. Tem sido assim na sua relação esdrúxula com o MST. Será assim ao longo da tramitação da proposta da “reforma” tributária. Aspeei a palavra reforma porque o projeto é muito ruim, é quase inviável e o futuro me dará razão. Mas o fato é que, pressionado, o Governo Lula termina cedendo. Só é intransigente mesmo com as pensões das viúvas e com os servidores públicos de baixo salário. Com os demais segmentos, transige por método, defeito e vício.

O monstro que a Comissão da Câmara aprovou, a título de reforma tributária antecipa o fim da Zona Franca de Manaus. Trocando em miúdos: alguém pressionou e Lula cedeu, contra os amazonenses.

Conclusão lógica: o Amazonas tem de pressioná-lo também. Duramente. Sem trégua. Sem quartel. Até que ele se curve à articulação e reponha a normalidade.

De minha parte, começarei a emendar todos os projetos de interesse do Governo, de modo a atrasar sua tramitação no Senado. Pedirei vista, obstruirei, exporei ao Planalto uma relação custo-benefício extremamente desvantajosa para ele.

Em relação ao Orçamento, a luta será encarniçada. Podem apostar: ou atendem o Amazonas ou a lei orçamentária não será votada até 31 de dezembro deste ano e, aí, o Ministro da Fazenda levará um puxão de orelhas do FMI. Já acertei a ação com o Senador Jefferson Peres e com o Deputado Pauderney Avelino. Vamos falar com o Senador Gilberto Mestrinho e com os nossos Deputados Federais. Duvido que alguém se recuse a agir.

Ia esquecendo: nem meus colegas diplomatas, coitados deles, terão paz. Complicarei todos os procedimentos para as indicações de Embaixadores, sabendo, claramente, da repercussão que isso terá junto aos Governos para os quais irão – ou iriam – os representantes brasileiros. O prejuízo será inominável. Sei o que estou dizendo, acreditem!

O Governador Eduardo Braga poderá contar comigo. Só lhe peço que deixe a ficha cair de vez. O Amazonas é poderoso o bastante para exigir mais do que rapapés palacianos. Presidente receber Governador é obrigação, isso não deve deslumbrar ninguém. Governador tem é de imprensar Presidente na parede, em defesa do seu povo.

Quando eu era Ministro com gabinete no Planalto, nada me facilitava mais a vida do que os personagens que só queriam viajar com o Presidente, tirar fotos e ouvir elogios. Trabalho me davam os que sabiam cobrar e exigir.

Lidere essa luta, Eduardo. O Governo é fraco e nós o faremos recuar. Até domingo.

## MANAUS, MINHA DÍVIDA ETERNA

---

*Artigo publicado no jornal A Crítica, no dia 26 de outubro de 2003.*

O mar, com todo mistério, imensidão e inegável fascínio que me perdoe, mas hoje quero falar do rio. Adoro o mar, porém, a placidez do rio Negro me enternece e revigora, principalmente ao senti-lo derramando-se na generosidade que o faz quente em dias chuvosos e frio sob o sol. Abordo o rio por ser esse o único argumento dos ainda renitentes em relação a Manaus. “Adora sua cidade – me dizem eles –, só lamento que lá não tenha mar.” Pois bem, amo muito mais o rio que o mar. Retiro, portanto, sumariamente, qualquer óbice à minha aniversariante cidade de 334 anos.

Vivi muito bom tempo no Rio de Janeiro, levado pelo mandato parlamentar de meu pai, mas não resisti e retornei. Tinha pela frente o mundo, na carreira diplomática que acabava de abraçar, e mesmo assim preferi voltar à minha terra, a terra de Ajuricaba.

Manaus, como teu prefeito, de 1989 a 1992, cumpri até o último sacrifício minha obrigação contigo. Não hesitei em arriscar carreira ou aquela popularidade momentânea que afaga o ego, mas compromete o futuro, e recebi em troca dois mandatos de deputado federal e o atual, de senador – e aí ressalto que não posso pagar jamais a maior votação jamais dada a algum postulante de qualquer eleição, em todos os tempos, no Amazonas –, além da liderança do Governo e a participação no ministério do presidente Fernando Henrique. Só uma paixão correspondida pode resistir a tantas provações e resultar em tantos combates eleitorais vitoriosos.

Manaus, que nada me nega, tu inflamas o meu discurso e refrigera minha alma quando, irredenta, ensinas aos teus governantes o bê-á-bá da humildade e do trabalho, revertendo expectativas, surpreendendo pesquisas, derrotando obviedades fabricadas.

Vejo com tristeza o rastro das invasões. Entendo e me solidarizo com a luta dos sem-teto, mas não consigo ficar indiferente à destruição. Ainda assim, Manaus, não tenho dúvida de que teu povo chegará à melhor solução. Farei, de minha parte, o que for necessário para ajudar, com esse amor extremo que sempre te dediquei.

Sei que a paisagem de dificuldades históricas será superada. Volto então os olhos para o apogeu, com os barões da borracha acendendo charutos em notas de US\$100 dólares e desfilando os ternos brancos, de linho importado da Europa, sobre as pontes esculpidas em ferro, deliciando-se com disputadas regatas de então. Vislumbro ainda os tempos dos igarapés fresquinhos, que abriam clareiras na mata, aqui e ali, para formar deliciosos balneários – e lá vinha um Parque 10 de Novembro, serpenteando do Mindu para encorpar em frente ao que hoje é o Detran e envolver felizes manauaras em seu regato.

Temos muita história para contar, Manaus, e muitas passagens a construir. Sei que enfrentarei adversários difíceis e até, talvez, algum que te ame quase tanto quanto eu. Com esse amor extremado, disposto a sacrifícios, que dá sem compromisso de receber nada em troca e ainda assim recebe muito, duvido que encontre alguém.

Manaus, nascida Forte de São José da Barra, em 1669, “Mãe de Deus” na língua Manaó, desde 1833, e feita cidade-capital da Província do Amazonas, em 24 de outubro de 1848, amo teu povo e teus recantos, tua história e tua vida.

Manaus, este teu filho mimado sabe que tu sempre me destes tudo. E este teu filho apaixonado sempre acha que nunca te deu nada de bom. Assim, sigo lutando além de minhas forças para desmentir essa sensação. Manaus, do rio, da praia, do igarapé, da cachoeira, parabéns pelo teu aniversário.

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 386, DE 2003

---

---

*Designa o cupuaçu fruta nacional.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O cupuaçu, fruto do cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*), fica designado fruta nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### *Justificação*

O Brasil é detentor de uma riqueza biológica extraordinária. Inobstante essa condição, muito pouco se conhece da biodiversidade nacional – seja pela escassez de pesquisas e estudos, seja pela falta de divulgação, especialmente no âmbito doméstico, do pouco que tem sido estudado. Desconhecido é também o imenso potencial que essa diversidade biológica representa para o desenvolvimento econômico e social da nação.

Ilustrativo desse fato é o recente valor atribuído ao cupuaçuzeiro – *Theobroma grandiflorum* –, originário de terras brasileiras. Pertencente ao mesmo gênero botânico do cacau (*Theobroma cacao*), o cupuaçu, fonte de alimento dos povos indígenas e da fauna da região, é a primeira fruta nativa da Amazônia adaptada para o cultivo em escala comercial.

O doce e exótico sabor do cupuaçu, já há muito apreciado pela população amazônica, sobretudo a paraense, só agora conquista admiradores e ganha prestígio na gastronomia nacional e internacional. A farta e cremosa polpa é usada no preparo de doces, refrescos e sorvetes, e a semente, de alto teor de gordura, empregada na fabricação de chocolates – o que torna a espécie alvo de crescente interesse, especialmente pelo mercado internacional.

Sob essa perspectiva, ao declarar o cupuaçu fruta nacional – a exemplo do que ocorre em muitas outras nações, que elegem uma espécie

representativa da flora nativa que evoque o País – pretende-se destacar um componente da biodiversidade nacional ainda desconhecido por grande parte da população brasileira, atentar para os benefícios gerados pela exploração sustentável dos recursos biológicos do País e cristalizar a idéia de que só se consegue proteger o que se conhece.

Enfim, ao propor status de fruta nacional ao cupuaçu – espécie representativa da flora amazônica –, desejamos chamar a atenção de todos os brasileiros para o potencial biológico e econômico guardado pelas florestas da região, a fim de que seja assegurada ao País a plena utilização de sua biodiversidade.

Recente reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* (edição de 15 de setembro de 2003), chama a atenção para a necessidade de o País proteger as riquezas da Amazônia. A reportagem tem este título: “Brasil quer mudar leis para evitar biopirataria!”

A proposta ora formalizada vem ao encontro dessa tese e procura somar-se às preocupações de todos os brasileiros diante de notícias que informam sobre registros de patentes no exterior, com nomes de frutas da Amazônia.

A reportagem a que faço referência informa que a representação brasileira na reunião da Organização Mundial do Comércio – OMC em Cancún defendeu a modificação do acordo Trips, sobre patentes, com o objetivo de criar um regime especial para o patenteamento de produtos oriundos da biodiversidade ou do conhecimento de comunidades tradicionais, como índios e ribeirinhos.

O Trips, ou Acordo sobre Aspectos de Direito de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, de 1994, é o que determina as regras sobre patentes no comércio internacional.

Ainda sobre o assunto, tal como se desenrolou na Reunião de Cancún, diz a reportagem de *O Estado de S. Paulo*:

### **Brasil quer mudar leis para evitar biopirataria**

Brasileiros defendem modificação do acordo sobre patentes Trips em reunião da OMC.

### **Herton Escobar**

Biopirataria também é uma questão de diplomacia. A representação brasileira na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancún defende a modificação do acordo Trips, sobre patentes, com o objetivo de criar um regime especial para o patenteamento de produtos



oriundos da biodiversidade ou do conhecimento de comunidades tradicionais, como índios e ribeirinhos. É o mais novo *round* de uma batalha de vários anos entre países megadiversos, como o Brasil, e países mais industrializados, como os Estados Unidos, pela adequação do Trips à Convenção de Diversidade Biológica (CDB), assinada na Rio-92.

O Trips, ou Acordo sobre Aspectos de Direito de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, de 1994, é o que determina as regras sobre patentes no comércio internacional. No que diz respeito à biodiversidade e ao conhecimento tradicional, entretanto, o documento é omissivo. Não existe uma definição legal de biopirataria, o que deixa livre o caminho para a apropriação e o patenteamento dos recursos genéticos de outros países.

“Qualquer pessoa pode vir aqui, pegar o que quiser e patentear, porque não há um instrumento internacional que regulamente esse acesso”, afirma uma diplomata brasileira. Em outras palavras, ninguém pode ser acusado de biopirataria na OMC porque, oficialmente, esse crime não existe. Há exemplos claros de que isto de fato está ocorrendo. Andiroba, cupuaçu, copaíba são algumas das frutas e plantas brasileiras já patenteadas por estrangeiros. O novo alvo é o camu-camu, uma frutinha amazônica de gosto azedo que concentra até 20 vezes mais vitamina C do que a acerola.

**Emenda** – A proposta do Brasil, e de outros países megadiversos, como a Índia, China e Peru, seria uma emenda ao art. 27.3 *b* do Trips, que trata do patenteamento de plantas e animais. “Não queremos mudar as regras do acordo, mas criar um sistema específico de proteção”, diz a diplomata. “Quando se trata de recursos genéticos e conhecimento tradicional, os critérios não podem ser os mesmos de qualquer patente.”

A proposta é composta de três exigências para o patenteamento de produtos com base biológica: que a origem do material genético seja identificada; que a obtenção do conhecimento tradicional associado tenha sido feita com conhecimento prévio e informado das comunidades; e que seja garantida a repartição dos benefícios eventualmente obtidos com a comercialização do produto.

“Hoje o sistema beneficia apenas o titular da patente, enquanto o titular original do conhecimento não fica com nada”, afirma a diplomata.

Mas a briga não vai ser fácil. Não há nem mesmo garantia de que o tema seria posto em pauta em Cancún. A proposta enfrenta firme oposição dos Estados Unidos, Japão e países europeus, que são os principais beneficiados no sistema atual. “Sinceramente, acho que não temos a mí-

nima chance”, afirma Nurit Bensusan, especialista em biodiversidade do Instituto Socioambiental (ISA). “É bom ter a CDB como uma carta de princípios, mas, na prática, ela não tem força nenhuma. Depois do Trips, não sobrou espaço para mais nada.”

A melhor opção, diz, é que o Brasil crie uma legislação específica contra a biopirataria e melhore a fiscalização nas fronteiras, para evitar a saída de material biológico.”

Este é, pois, um dos objetivos do presente projeto de lei, que, ao conferir ao cupuaçu o cognome de *fruta nacional*, tal como ocorre com o ipê, a que, por lei, se denominou *árvore nacional*, pretende-se chamar a atenção para a necessidade de outras ações no sentido da proteção das imensas riquezas da Amazônia.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio dos nobres colegas Senadores para a aprovação de nossa proposta.

**Aprovado no Senado. Em exame (novembro 2003) na Câmara dos Deputados.**

*Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2003, que designa o cupuaçu, fruta nacional.*

Relator: Senador **Almeida Lima**

### **I – Relatório**

Em conformidade com as normas regimentais, vem à deliberação desta Comissão de Educação, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2003, que designa o cupuaçu, fruto do cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*), como fruta nacional.

A proposição, de autoria do nobre Senador Arthur Virgílio, vem abrilhantar ainda mais seu grandioso histórico de luta em prol da região amazônica, de seu povo e de sua invejável biodiversidade.

Durante o prazo regimental, de cinco dias úteis, não foram apresentadas emendas ao projeto.

### **II – Análise**

Com relação aos atributos de constitucionalidade, a matéria de que trata a presente proposição se enquadra no campo das competências concorrentes da União, dos Estados e do Distrito Federal. O inciso VI do art. 24 da Constituição Federal designa a esses entes federados a atribuição de legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição. Da mesma forma, o inciso IX do mesmo artigo instituiu-lhes a competência de legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto.

Como não há reparos a fazer quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, passaremos a analisar o mérito da proposta.

O cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) é uma árvore de porte pequeno a médio que pertence à mesma família do cacau e pode alcançar até 20 metros em altura. A fruta de cupuaçu foi uma fonte primária de alimento na floresta amazônica, tanto para as populações indígenas, quanto para os animais. Tornou-se conhecida por sua polpa cremosa de sabor exótico, que é usada em todo o Brasil para fazer sucos, cremes de sorvete, geléias e tortas. Amadurece nos meses chuvosos, de janeiro a abril, e é considerada uma relíquia da culinária de cidades sul americanas.

O presente projeto de lei tem o mérito de alertar para um tema que todos nós, Senadores da República, devemos estar atentos: a biopirataria de nossas riquezas naturais. A diversidade da flora e da fauna amazônica é um dos patrimônios maiores do País. Ali há plantas e frutas de grande interesse para a medicina e a nutrição, cujos benefícios já eram conhecidos há séculos pelos primeiros habitantes do Brasil: os índios. O aproveitamento desse potencial deve ser feito com racionalidade, sob o controle de brasileiros.

Fruta genuinamente brasileira, o cupuaçu é alvo da cobiça e da ganância de estrangeiros. Seu nome chegou a ser patenteado por uma empresa japonesa, como se fosse mais uma invenção da eletrônica moderna, e não uma dádiva da natureza, cujo único dono é povo brasileiro. Nada mais justo, portanto, que elevar o cupuaçu à condição de *Fruta Nacional*.

### III – Voto

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2003.

*“Não perceber que a fronteira mais expressiva para o desenvolvimento econômico do Brasil é a Amazônia, nossa fantástica região continental, será uma visão canhestra, irreal e desajeitada da realidade brasileira e do grande futuro do País.”*

*(AVN, 27/05/2003, Plenário do Senado Federal)*

